

# Comissão de Gestão de Albufeiras

## Subcomissão Regional da Zona Centro

### **Reunião da Subcomissão Regional da Zona Centro de 9 de março de 2022**

Agência Portuguesa do Ambiente promoveu a **9 de março** uma reunião da Subcomissão Regional da Zona Centro, da Comissão de Gestão de Albufeiras, dedicada à região do Tejo e Oeste, que se realizou de forma presencial em Tomar e em simultâneo por videoconferência.

O objetivo principal da reunião foi avaliar as disponibilidades hídricas na região nas bacias do Tejo e Ribeiras do Oeste, face às necessidades existentes, e definir as medidas necessárias para fazer frente à situação de seca no presente ano hidrológico.

A precipitação ocorrida desde outubro está significativamente abaixo da média o que não tem permitido a reposição dos níveis de armazenamento quer nas albufeiras quer nas massas de água subterrâneas.

Foi apresentado pela APA a avaliação das disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas e as necessidades existentes bem como apresentadas propostas de medidas enquadradas em 5 tipologias: resiliência das origens de água, restrição e controlo de consumos, monitorização dos recursos subterrâneos e superficiais, promoção da eficiência hídrica nas infraestruturas de distribuição dos setores urbano e agrícola e sensibilização para o uso racional da água.

Foi salientada a necessidade de dar continuidade ao uso eficiente da água, promovendo a poupança e implementando as medidas que permitam ganhar resiliência preparando para um anos com menores disponibilidades, tal como 2022 parece oferecer. Foi também salientado que os novos projetos devem considerar as disponibilidades hídricas existentes e futuras e adaptar-se ao território e não o contrário.

A DGADR fez o ponto de situação de implementação das medidas associadas à agricultura, salientando que os regadios coletivos têm apresentam mais vantagens em termos de resiliência a situações desfavoráveis em comparação com os sistemas individuais. Referiu ainda a necessidade de aplicar os planos de contingência e de utilizar o rateio de água nas situações mais críticas.

Foi analisada com maior detalhe a situação crítica nas albufeiras de Cabril, Castelo do Bode e nas águas subterrâneas, bem como a necessidade de maior articulação na gestão dos diferentes usos no aproveitamento da Cova da Beira, provendo a eficiência hídrica do sistema.

# Comissão de Gestão de Albufeiras

## Subcomissão Regional da Zona Centro

Foram identificados um conjunto de medidas, intervenções e possíveis apoios de forma a mitigar os efeitos da seca nas origens de água para abastecimento público e a proporcionar condições básicas para que as atividades agrícola e agropecuária consigam ultrapassar os impactos desta situação.

- ✓ Verificar semanalmente a necessidade de implementar medidas face ao evoluir da situação e quando necessário promover reuniões das subcomissões.
- ✓ Albufeiras de Castelo do Bode e Cabril:
  - Condicionar a produção de energia para garantir os volumes necessários para dois anos de abastecimento.  
  
Não baixar da cota 106 (56%) em Castelo do Bode (significa 130 hm<sup>3</sup> entre esta cota e o limite mínimo para captar para abastecimento público).  
  
No Cabril não baixar da cota 256 (28%) (cerca de 100 hm<sup>3</sup> úteis para o abastecimento público na albufeira e a jusante).
  - Suspender a autorização de novas captações superficiais.
- ✓ Foi implementado o Regime de Caudais Ecológicos a jusante da barragem de Castelo de Bode para ano muito seco.
- ✓ Avaliar a solução de aproveitamento da descarga de meio fundo da margem direita da barragem de Castelo de Bode para alimentação direta da Estação Elevatória da EPAL para criar redundância de abastecimento e poder utilizar o volume a cotas inferiores às atuais.
- ✓ Garantir os caudais ambientais no rio Tejo lançados na barragem de Belver.
- ✓ Garantir uma gestão articulada entre os diferentes usos nos aproveitamentos da Cova da Beira e implementar medidas de diminuição das perdas e de controlo dos caudais captados.
- ✓ Restringir caudais adicionais para usos secundários, como atividades recreativas ou similares.
- ✓ Promover a outorga dos contratos de gestão dos EFM.
- ✓ Reforço da fiscalização para verificação de eventuais situações de captações ilegais.
- ✓ Suspender a emissão de títulos de novas captações de água subterrânea para uso particular nas massas de água identificadas como críticas no Relatório de Monitorização Agrometeorológica e Hidrológica. Novas captações só podem ser tituladas por autorização, independentemente da potência instalada.
- ✓ Evitar a disseminação de soluções individuais (captações subterrâneas, novas pequenas barragens) sem qualquer capacidade de resiliência, promovendo a articulação entre os diferentes utilizadores.
- ✓ Avaliar e instalar pontos de água e/ou cisternas junto a albufeiras de água públicas para o abeberamento animal.
- ✓ Promover e incrementar os projetos de eficiência dos consumos e na redução das perdas na distribuição, tanto no setor urbano como no setor agrícola.
- ✓ Reduzir as perdas nas infraestruturas hidráulicas e nas redes de distribuição.
- ✓ Promover a redução dos consumos de água da rede distribuição para usos não potáveis (e.g. lavagem de contentores, lavagem de ruas, encerrar fontes decorativas que não disponham de circuitos fechados) em estreita articulação com as Câmaras Municipais.

# Comissão de Gestão de Albufeiras

## Subcomissão Regional da Zona Centro

- ✓ Dar continuidade e incrementar a implementação de soluções de utilização de ApR nos usos não potáveis, nomeadamente para rega de campos de golfe, em particular na região Oeste e margem sul, e rega agrícola na região do Oeste.
- ✓ Apoio à implementação de ApR, quer a nível da produção, quer a nível da utilização, para a rega de campos agrícolas e utilização em espaços urbanos (rega de espaços verdes, lavagem de ruas, lavagem de contentores, etc.).
- ✓ Concluir o processo de utilização de ApR no West Cliffs Ocean and Golf Resort (ApR a partir da ETAR de Casalinho).
- ✓ Promover campanhas de sensibilização para a necessidade do uso racional da água destinada à população em geral, aos agentes económicos e entidades públicas.
- ✓ Implementação de medidas de eficiência hídrica em habitações ou prédios de habitação.
- ✓ Reforço da rede de monitorização piezométrica na região hidrográfica.
- ✓ Avaliação da carga piscícola e potencial remoção de biomassa em albufeiras cujos volumes desçam abaixo de 30% de armazenamento.
- ✓ Fomentar a colaboração técnica entre entidades gestoras relativa ao controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição, com prioridade para os sistemas com maior volume de perdas.
- ✓ Dar início aos trabalhos de desenvolvimento do Plano Regional de Eficiência Hídrica para a Região do Tejo e Oeste.

A APA anunciou ainda a disponibilização, no presente ano, de 5 milhões de euros do Fundo Ambiental para apoio a nível nacional à execução de medidas específicas de contingência para combate à seca, nomeadamente campanhas de sensibilização.